

CARL-FRIEDRICH STUCKENBERG

REFLEXÕES
SOBRE O DIREITO E O PROCESSO PENAL

GUILHERME FRANCISCO CEOLIN
LUCAS MINORELLI
(ORGANIZAÇÃO)

 Marcial
Pons

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO

Coleção Reflexões Jurídicas

Coordenadores

Luis Greco

Adriano Teixeira

Reflexões sobre o direito e o processo penal

Carl-Friedrich Stuckenberg

Guilherme Francisco Ceolin e Lucas Minorelli (org.)

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Stuckenberg, Carl-Friedrich

Reflexões sobre o direito e o processo penal / Carl-Friedrich Stuckenberg; Guilherme Francisco Ceolin, Lucas Minorelli. -- Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2021.

ISBN 978-65-994688-8-9

1. Direito processual penal – Brasil I. Ceolin, Guilherme Francisco.
II. Minorelli, Lucas. III. Título.

21 – 82834

CDU – 343.1 (81)

© Carl-Friedrich Stuckenberg
Guilherme Francisco Ceolin e Lucas Minorelli (org.)

© MARCIAL PONS BRASIL LTDA.
www.marcialpons.com.br

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
PREFÁCIO	11
NOTA DOS ORGANIZADORES	13
Proteção de bens jurídicos como requisito fundamental da punibilidade?	17
1. Introdução	17
2. Proteção de bens jurídicos enquanto limite juridicamente vinculante da legislação penal?	19
2.1. Validade suprapositiva?	19
2.2. Validade imanente à Constituição?	22
3. Proteção ao bem jurídico como máxima de política jurídica aconselhável?	26
3.1. Falhas metodológicas	27
3.1.1. Subdeterminação intensional	27
3.1.2. A desacertada fixação em uma hipótese	29
3.2. Liberalidade?	31
4. Perspectivas	33
Referências	34

Dolo, consciência da ilicitude e teoria do erro	45
1. Introdução	45
2. Teoria de Welzel	47
2.1. Dolo e erro de tipo	47
2.1.1. A vontade da ação final	47
2.1.2. Identidade entre o dolo e a vontade da ação ...	49
2.1.3. Dolo como elemento do tipo	50
2.1.4. Elementos conceituais e espécies de dolo	52
2.1.5. Exigências do conhecimento	55
2.1.6. Formas do erro de tipo	56
2.2. Consciência da ilicitude e erro de proibição	57
2.2.1. Consciência da ilicitude	57
2.2.2. Erro de tipo permissivo	63
3. Consequências	65
4. Tentativa de uma apreciação: o permanente, o transitório e o não realizado	68
Referências.....	75
 Problemas de “imputação subjetiva” no direito penal nacional e internacional.....	 87
1. Introdução	87
2. As regiões limítrofes da intenção	88
3. O caso especial do <i>dolus specialis</i>	96
4. O erro do direito ao regular o erro de direito	99
5. Conclusão	103
Referências.....	104

Quem é presumido inocente do que e por quem?	111
1. Introdução	111
2. Os componentes da presunção de inocência	113
2.1. Inocência	113
2.2. Presunções	116
2.3. A presunção de inocência como presunção jurídica	121
2.3.1. Base factual (“Quem?”).....	121
2.3.2. Presunção de inocência “real”	121
2.3.3. Presunção de inocência “formal”	123
2.3.4. Conclusão.....	125
3. Uma proposta para um conceito normativo de presunção de inocência	126
Referências.....	133

Princípio da culpabilidade e busca da verdade. Observações sobre a relação entre o direito material e o direito processual	139
1. Introdução	139
2. Derivações do Tribunal Constitucional do comando processual-penal de busca da verdade	141
2.1. Proteção de direito fundamental por meio do processo	141
2.2. Busca da verdade como questão de bem-estar comum.....	144
2.3. Princípio da culpabilidade.....	146
3. O fundamento normativo para a busca da verdade judicial	150
3.1. Verdade como condição de aplicação do direito ...	150
3.2. Critérios e métodos da busca da verdade	152

3.3. Digressão: o erro na valoração de prova como aplicação errada do direito material?	155
4. Implicações para o amparo constitucional da busca da verdade	156
Referências.....	161
SOBRE OS TRADUTORES	167